

Lei nº 13.415/2017 e o novo ensino médio: uma perspectiva crítica

Lissandro Botelho

(Instituto Federal do Amazonas, Brasil)

Ricardo Santos de Almeida

(Universidade Estadual de Alagoas, Brasil)

Fred Klaus Batista de Oliveira Monteiro

(Centro Universitário de Maceió, Brasil)

Vagner da Silva de Carvalho

(Universidade Federal de Pelotas, Brasil)

Eduardo Mauch Palmeira

(Universidade Federal de Pelotas, Brasil)

João Batista Rodrigues Cruz Compagnon

(Instituto Federal do Piauí, Brasil)

Marcos André Barros Pereira

(Estácio Amapá, Brasil)

Antonio Leandro Fagundes Sarno

(Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Brasil)

Crislaine da Silva Xavier

(Universidade de Pernambuco, Brasil)

Resumo:

A presente pesquisa buscou analisar criticamente a Lei nº 13.415/2017, evidenciando assim as principais desvantagens do novo ensino médio no Brasil. A metodologia adotada foi uma revisão sistemática, utilizando-se palavras-chave em associação com operadores booleanos "AND" e "OR" nas plataformas Scielo e Google Acadêmico. Seguindo as diretrizes do PRISMA, o protocolo incluiu a elaboração, seleção e avaliação crítica dos estudos, além da definição de critérios de inclusão para garantir qualidade e relevância. Como resultado, obteve-se uma amostra de 8 artigos científicos, onde os estudos críticos sobre o Novo Ensino Médio (NEM) e suas reformas associadas evidenciaram preocupações em relação às mudanças no panorama educacional brasileiro. Analisando diferentes estados, os estudos destacam desafios compartilhados, com um foco significativo na restrição da participação de sujeitos e comunidades escolares na formulação do NEM. Essa falta de envolvimento amplo e consultas efetivas suscita dúvidas sobre a aceitação e eficácia das reformas. A presença proeminente de atores privados, especialmente fundações e institutos empresariais, em todas as fases da implementação do NEM levanta preocupações sobre a mercantilização da educação e a prevalência de interesses econômicos sobre os objetivos educacionais. Além disso, destaca-se a crítica à negação da autonomia e do conhecimento aos sujeitos do Ensino Médio, agravada pela ênfase na adaptação e competitividade. A análise específica da Educação Ambiental na Base Nacional Comum Curricular acentua a marginalização de sua dimensão jurídico-ideológica, comprometendo a eficácia das políticas ambientais. Em resumo, os estudos convergem ao ressaltar desafios relacionados à participação limitada, influência privada e efeitos desiguais, instigando uma reflexão crítica e a busca por abordagens mais inclusivas e equitativas na educação brasileira.

Palavras-chave: Novo Ensino Médio (NEM); Lei nº 13.415/2017; Educação.

Date of Submission: 13-01-2024

Date of Acceptance: 23-01-2024

I. Introdução

O ensino médio configura-se como uma etapa fundamental da educação formal que ocorre após a conclusão do ensino fundamental e antes do ingresso no ensino superior. Em muitos países, essa fase geralmente abrange um período de três a quatro anos, e seu principal objetivo é preparar os estudantes para a educação superior ou para o mercado de trabalho (CUNHA, 2017).

No Brasil, o ensino médio representa uma fase crucial no percurso educacional dos jovens, marcando um período de aprofundamento nos estudos e de definição de trajetórias acadêmicas e profissionais. Com duração de três anos, geralmente entre os 15 e 18 anos de idade, essa etapa visa proporcionar aos estudantes uma formação abrangente e especializada (NOSELLA, 2015).

No ano de 2017, o Brasil iniciou a implementação de uma reforma no ensino médio, conhecida como Novo Ensino Médio. A Lei nº 13.415/17, promulgada em fevereiro de 2017, trouxe consigo uma reforma no sistema educacional brasileiro, em especial no âmbito do ensino médio. A principal mudança proposta pela legislação residuiu na flexibilização da grade curricular e na introdução de itinerários formativos.

A reforma do ensino médio no Brasil, implementada por meio do Novo Ensino Médio em 2017, trouxe consigo um conjunto diversificado de opiniões e críticas. Embora tenha buscado introduzir inovações e flexibilidade ao sistema educacional, alguns pontos controversos foram levantados. Isto porque, a flexibilização da grade curricular pode agravar disparidades entre escolas públicas e privadas, com instituições públicas enfrentando desafios financeiros na implementação dos itinerários formativos (SILVA; BOUTIN, 2018).

Autores como Barbosa e Souza (2019) fazem, ainda, uma outra crítica ao novo ensino médio relacionada à ênfase na preparação para o mercado de trabalho em detrimento da formação cidadã. Algumas vezes argumentam que a reforma pode estar conduzindo os estudantes a uma especialização precoce, limitando sua visão de mundo e comprometendo a capacidade de análise crítica em relação a questões sociais e culturais.

A falta de debate e participação ampla da comunidade educacional e da sociedade civil na elaboração da reforma também é alvo de críticas. A ausência de uma abordagem mais participativa e democrática na implementação do Novo Ensino Médio levanta questionamentos sobre a representatividade e diversidade de perspectivas no processo decisório (BARBOSA; SOUZA, 2019).

Além disso, a formação de professores emergiu como uma preocupação, visto que a adaptação a uma nova estrutura curricular e abordagem pedagógica demanda investimentos e suporte adequados. Isto porque, a falta de recursos e capacitação docente pode comprometer a eficácia da reforma no nível prático. Há de ressaltar, ainda, a relação ao foco excessivo em disciplinas instrumentais, como as áreas STEM, em detrimento de disciplinas das artes e humanidades. Essa concentração pode limitar a diversidade de conhecimentos e habilidades adquiridos pelos estudantes, impactando negativamente na formação integral (BRANCO et al., 2018)

Assim, apesar das intenções positivas de introduzir mais flexibilidade e alinhamento às demandas contemporâneas, a reforma do ensino médio no Brasil enfrenta desafios significativos. O debate contínuo sobre equidade, participação, formação cidadã e diversidade curricular é essencial para aprimorar o sistema educacional e garantir que atenda de maneira eficaz às necessidades e aspirações dos estudantes brasileiros (FERRETTI, 2018).

Diante deste contexto, a presente pesquisa buscou analisar criticamente a Lei nº 13.415/2017, evidenciando assim as principais desvantagens do novo ensino médio no Brasil. Espera-se que a análise crítica da Lei nº 13.415/2017 permita identificar as principais implicações negativas para o processo de ensino e aprendizagem no ensino médio, fornecendo subsídios teóricos e práticos para o aprimoramento do sistema educacional brasileiro. A pesquisa se propõe a investigar de maneira aprofundada como as mudanças introduzidas pela reforma impactaram efetivamente o ambiente escolar.

II. Materiais e métodos

Quanto ao tipo de pesquisa, trata-se de uma revisão sistemática, que é uma abordagem metodológica reconhecida por sua rigorosidade e sistematização na coleta, análise e interpretação de evidências científicas. Essa abordagem se destaca por sua capacidade de responder a perguntas específicas por meio da identificação, seleção e síntese de estudos relevantes sobre um tema de interesse. Ao optar por uma revisão sistemática, busca-se minimizar possíveis vieses e garantir uma análise da literatura disponível sobre um determinado assunto (BRIZOLA; FANTIN, 2016).

Neste estudo em específico, o assunto em questão foi atrelado à avaliação crítica dos impactos da Lei nº 13.415/2017 no ensino médio brasileiro. A escolha pela revisão sistemática como abordagem metodológica permitiu uma análise das publicações científicas disponíveis, oferecendo uma visão panorâmica das diferentes perspectivas e descobertas relacionadas à implementação dessa reforma educacional.

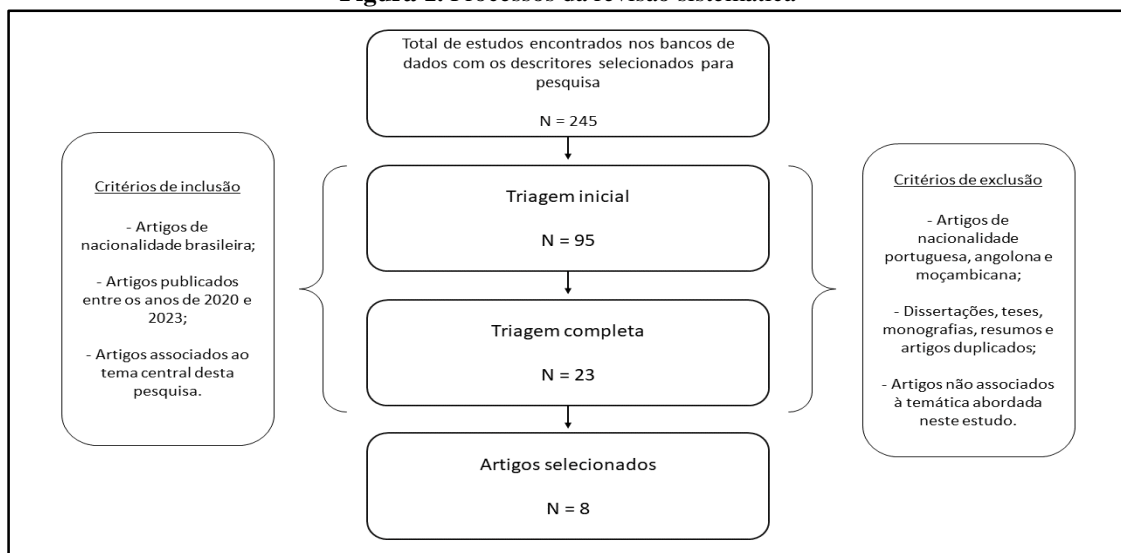
A pesquisa envolveu a busca e seleção criteriosa de artigos que abordassem diretamente as mudanças negativas introduzidas pelo Novo Ensino Médio no Brasil. Utilizando as plataformas Scielo e Google Acadêmico, foram empregadas palavras-chave estrategicamente escolhidas em associação com operadores booleanos "AND" e "OR" para assegurar a abrangência e a relevância dos documentos recuperados.

Com o intuito de garantir a sistematização metodológica, foram seguidas as orientações das diretrizes do PRISMA (Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses), corroborando com o que sugere Page et al. (2022). Essas diretrizes proporcionam um protocolo estruturado para a realização do estudo, incluindo a elaboração de um protocolo de pesquisa, a seleção e avaliação crítica dos estudos, a extração de dados e a análise dos resultados.

Os critérios de inclusão estabelecidos visaram garantir a qualidade e relevância dos artigos selecionados. Assim, foram considerados apenas artigos escritos em português e de nacionalidade brasileira, relacionados diretamente ao tema da pesquisa. Além disso, limitou-se a inclusão a artigos publicados no período compreendido entre 2020 e 2023, assegurando a atualidade e pertinência das informações coletadas.

Sendo assim, foram descartados trabalhos que não atendiam a esses critérios específicos, promovendo uma seleção cuidadosa e refinada da literatura disponível. Tal abordagem fortaleceu a confiabilidade e validade dos resultados obtidos na revisão sistemática, contribuindo para uma análise precisa sobre o tema em questão. Após a análise dos dados, obteve-se uma amostra de 8 artigos, conforme evidencia a figura 1.

Figura 1. Processos da revisão sistemática



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

III. Resultados e discussões

Como resultado, foram selecionados 8 artigos que abordaram uma perspectiva crítica em relação ao Novo Ensino Médio no Brasil, como pode ser evidenciado no quadro 1.

Quadro 1. Artigos selecionados na revisão sistemática

Autores	Objetivos	Metodologia	Conclusões
Cássio e Goulart (2022)	Ilustrar a tragédia social vivida nas escolas de ensino médio do país a partir da implementação do "Novo Ensino Médio"	Pesquisa bibliográfica	Os estudos revelam aspectos compartilhados em diferentes estados da federação: em primeiro lugar, destaca-se a restrição da participação de sujeitos e comunidades escolares na elaboração dos conteúdos do Novo Ensino Médio (NEM). Em segundo lugar, observa-se a presença significativa de atores privados, especialmente fundações e institutos empresariais, em todas as etapas da implementação do NEM. O terceiro elemento comum identificado é o efeito indutor de desigualdades causado pelo NEM, conforme já previsto por diversos especialistas em educação desde a edição da Medida Provisória 746/2016.

Silveira, Silva e Oliveira (2021)	Compreender o que comunicam as narrativas de professores/as que atuam em duas escolas-piloto do programa do governo federal criado com vistas à implementação da reforma do ensino médio (Lei 13.415/17) e em uma escola privada que vem implementando a reforma a título experimental	Pesquisa qualitativa	O artigo aborda as críticas negativas relacionadas ao Novo Ensino Médio, evidenciadas por meio das narrativas de professores(as) de escolas-piloto. As críticas apontam para a presença de diferentes formas de Violência Curricular geradas pelo currículo proposto pela reforma. Essa violência se manifesta na prática, representando obstáculos ao sentido emancipatório da docência. No contexto do Novo Ensino Médio, a docência é percebida como reduzida à execução de procedimentos técnicos e conteúdos alinhados com competências padronizadas, priorizando adaptação, flexibilização e competitividade em detrimento da autonomia, conhecimento e trabalho digno e humano. A reforma é criticada por negar aos sujeitos do Ensino Médio o direito à autonomia e ao conhecimento, enfraquecendo a etapa final da educação básica e limitando o acesso a uma formação mais ampla e emancipadora para as juventudes e trabalhadores(as) da educação.
Silva, Gomes e Serna (2022)	O artigo analisa como a educação ambiental está inserida (ou não) nas políticas educacionais voltadas para o 'Novo' Ensino Médio	Pesquisa bibliográfica	O texto aponta críticas negativas ao ensino médio, especificamente no contexto da Educação Ambiental (EA) na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do Brasil. Destaca-se a marginalização da dimensão jurídico-ideológica da EA na BNCC, indicando que a formação crítica sobre a problemática socioambiental não é prioridade educacional, refletindo uma falta de valorização pelo capitalismo. Isso resulta em um desmonte das políticas de EA, com a transversalidade da EA sendo insuficiente para integrá-la de forma contínua nos currículos. A ausência da EA como elemento central nas atividades escolares contribui para a negação do acesso a conhecimentos cruciais sobre a relação entre sociedade e natureza, reforçando desigualdades e privilégios de acesso à cultura erudita.
Furtado e Silva (2020)	Discutir as mudanças definidas para o "novo" ensino médio brasileiro	Análise documental	O texto critica a reforma do Ensino Médio brasileiro, destacando elementos discrepantes e paradoxais na Lei 13.415/2017. Argumenta que a reforma, ao introduzir itinerários formativos, não resolve os problemas estruturais, sociais e históricos da educação no país. Aponta a marca da desigualdade estrutural na organização educacional e considera a forma antidemocrática da implementação da reforma. Destaca que, ao analisar o que está por trás da "vitrine oficial," a reforma reproduz desigualdades sociais ao oferecer escolhas ilusórias e propiciar uma formação diminuta baseada em realidades sociais desiguais. Conclui que a reforma não respeita as capacidades e interesses diferenciados dos jovens, buscando naturalizar as desigualdades, e sugere a necessidade de estudos que abordem a repercussão prática da Lei nas escolas de Ensino Médio no Brasil. Enfatiza que, do ponto de vista da plena humanização dos estudantes e da valorização dos professores, a Reforma do Ensino Médio não atende aos interesses da educação.
Gomes (2022)	Refletir as mudanças no sistema de educação formal brasileiro diante da Lei nº 13.415/2017	Análise bibliográfica	A crítica ao Novo Ensino Médio, baseada na análise teórica com ênfase nas ideias de Mészáros contra Locke, interpreta a Lei No 13.415/2017 como parte da agenda neoliberal. Em vez de representar uma verdadeira transformação, a legislação parece seguir uma abordagem reformista que não desafia as estruturas de desigualdades existentes. A lógica do capital, apesar de parecer progressista, mantém uma perspectiva centrada na competitividade e reprodução das desigualdades sociais. A crítica destaca o papel dos educadores populares como agentes de ação-reflexão-ação, promovendo uma crítica que transcende propostas que não atendem às classes populares. Essa análise crítica se estende não apenas ao Novo Ensino Médio, mas também a movimentos como o Escola Sem Partido, apontando para a necessidade de abordagens mais profundas e transformadoras nas políticas educacionais.
Silva, Ferrreira e Santos (2021)	Analisar a forma de implantação do "novo ensino médio" no Espírito Santo	Revisão bibliográfica	A crítica ao Novo Ensino Médio destaca a desconfiança histórica dos docentes em relação às políticas educacionais adotadas pelos governos. A ausência de diálogo horizontal com a comunidade escolar, evidenciada pela falta de conhecimento sobre as medidas para a implantação do novo ensino médio, pode levar a ações de cumprimento de tarefas desconectadas de uma política educacional, fortalecendo a burocratização do ensino. A reforma, ao representar um retrocesso na formação dos jovens, é percebida como um projeto político-pedagógico de controle das mentes e corpos dos estudantes para adaptação à sociedade sem empregos. A crítica destaca a resistência dos trabalhadores docentes diante de expectativas contraditórias e muitas vezes distantes de sua realidade. A implementação da política é vista como complexa, envolvendo estruturas normativas e cognitivas que se estendem ao longo do tempo, resultando em um processo não linear que esta pesquisa continua a investigar.

Ostermann e Rezen de (2021)	Possibilitar uma perspectiva crítica ao Novo Ensino Médio	Pesquisa bibliográfica	A reforma no ensino médio, inspirada no currículo estadunidense, é criticada por fragmentar a formação geral dos estudantes, limitando a maioria dos alunos a itinerários técnicos e profissionais, sem acesso ao conhecimento básico para a cidadania. A descentralização das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores (DCN-FP) enfraquece a formação crítica dos docentes, equiparando suas competências às dos estudantes. A reforma é acusada de promover uma abordagem utilitarista e minimalista, reduzindo a complexidade da formação tanto para estudantes quanto para professores. A perspectiva neoliberal e a guerra cultural contra a ciência são apontadas como ameaças ao ensino-aprendizagem no contexto da educação científica. Uma reação crítica sugere a exigência da revogação das políticas curriculares e a busca por uma nova agenda política para a educação pública.
Andrade Motta (2020)	Apresentar pormenores da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e do Novo Ensino Médio (NEM) em diálogo com os aspectos histórico-estruturantes da educação brasileira	Pesquisa de cunho documental e bibliográfica	O artigo aponta que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Novo Ensino Médio (NEM) compartilham semelhanças com as diversas reformas e contrarreformas promovidas pela burguesia brasileira ao longo da história do país, especialmente em períodos de crise. Argumenta-se que, mesmo diante das particularidades obscurantistas da conjuntura atual, a mesma reflete a revitalização e o aprofundamento da dependência em todos os setores, incluindo a esfera educacional. Nas medidas adotadas, identificam-se características contraditórias, antidemocráticas e retrógradas, características inerentes ao contexto do capitalismo dependente.

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

O artigo de Cássio e Goulart (2022) revelou aspectos compartilhados em diferentes estados da federação relacionados ao Novo Ensino Médio (NEM). A primeira observação destacada é a restrição da participação de sujeitos e comunidades escolares na elaboração dos conteúdos do NEM. Isso sugere uma possível falta de envolvimento e consulta ampla no processo de desenvolvimento e implementação das mudanças no Ensino Médio, o que pode ter implicações na aceitação e eficácia das reformas educacionais.

Em segundo lugar, o texto ressalta a presença significativa de atores privados, especialmente fundações e institutos empresariais, em todas as etapas da implementação do NEM. Esse ponto levanta questões sobre a influência e participação do setor privado na definição de políticas educacionais, podendo gerar preocupações sobre a possível mercantilização da educação e a busca por interesses econômicos em detrimento dos objetivos educacionais.

O terceiro elemento comum identificado na análise é o efeito indutor de desigualdades causado pelo NEM, conforme já previsto por diversos especialistas em educação desde a edição da Medida Provisória 746/2016. Essa constatação sugere que as mudanças no Ensino Médio podem estar contribuindo para a ampliação das disparidades educacionais, em vez de promover uma maior equidade no acesso e na qualidade da educação. A referência à Medida Provisória 746/2016 indica que essas preocupações não são novas e já haviam sido apontadas anteriormente.

A análise aponta para problemas relacionados à participação limitada dos envolvidos na elaboração do Novo Ensino Médio, à influência significativa de atores privados no processo e aos efeitos indutores de desigualdades. Esses aspectos destacados indicam a necessidade de uma reflexão crítica sobre as políticas educacionais em vigor e a busca por abordagens que promovam uma educação mais inclusiva e equitativa.

Silveira, Silva e Oliveira (2021) abordam as críticas negativas relacionadas ao Novo Ensino Médio, destacando as percepções de professores(as) de escolas-piloto. A análise revela que tais críticas estão centradas na presença de diversas formas de Violência Curricular geradas pelo currículo proposto pela reforma educacional. Essa violência é percebida como um obstáculo ao sentido emancipatório da docência.

No contexto do Novo Ensino Médio, os professores(as) expressam que a prática docente é reduzida à mera execução de procedimentos técnicos e à transmissão de conteúdos alinhados com competências padronizadas. Isso sugere uma visão da docência como uma atividade mais técnica do que reflexiva, o que pode comprometer a formação integral dos estudantes.

A crítica principal destaca que a ênfase na adaptação, flexibilização e competitividade, conforme preconizado pela reforma, acaba por prejudicar a autonomia, o conhecimento e a natureza digna e humana do trabalho docente. A docência, sob essa perspectiva, é percebida como subjugada a exigências técnicas e burocráticas, em detrimento de uma abordagem mais autônoma e reflexiva.

A reforma do Ensino Médio é duramente criticada por negar aos sujeitos dessa etapa educacional o direito à autonomia e ao conhecimento. Isso resultaria no enfraquecimento da etapa final da educação básica, limitando o acesso dos estudantes a uma formação mais ampla e emancipadora. A crítica vai além, abrangendo não apenas os estudantes, mas também os trabalhadores(as) da educação, sugerindo que a reforma pode comprometer a qualidade do trabalho e a dignidade profissional dos educadores.

Silva, Gomes e Serna (2022) revelam uma crítica ao novo ensino médio no âmbito da Educação Ambiental (EA) no contexto da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do Brasil. Os autores apontam para deficiências específicas, destacando a marginalização da dimensão jurídico-ideológica da EA na BNCC como uma das principais preocupações.

A crítica central reside na observação de que a formação crítica sobre a problemática socioambiental não é considerada uma prioridade educacional na BNCC. Tal negligência é interpretada como reflexo de uma falta de valorização do aspecto crítico da Educação Ambiental, associada diretamente ao sistema capitalista. A implicação é que a estrutura educacional, em sua essência, não enfatiza a importância de abordar questões ambientais de maneira crítica, contribuindo para a manutenção de valores associados ao capitalismo.

Os autores vão além ao apontar que essa falta de priorização resulta em um desmonte das políticas de Educação Ambiental. A transversalidade da EA, que visa integrá-la de forma contínua nos currículos, é considerada insuficiente. Isso sugere que as políticas educacionais não estão promovendo uma abordagem holística da Educação Ambiental, comprometendo a eficácia de sua implementação.

Além disso, a ausência da Educação Ambiental como elemento central nas atividades escolares é identificada como um fator que contribui para a negação do acesso a conhecimentos cruciais sobre a relação entre sociedade e natureza. Essa lacuna na formação dos estudantes pode reforçar desigualdades e privilégios, especialmente no que diz respeito ao acesso à cultura erudita.

Assim, o texto destaca uma série de preocupações quanto à abordagem da Educação Ambiental no ensino médio brasileiro, sugerindo que a falta de ênfase nesse campo pode ter implicações significativas para a compreensão crítica das questões socioambientais, bem como para a promoção de uma educação mais equitativa e inclusiva.

De forma complementar, Furtado e Silva (2020) revela uma crítica profunda à reforma do Ensino Médio brasileiro, especificamente à Lei 13.415/2017, destacando diversos elementos discrepantes e paradoxais presentes nessa legislação.

Um dos pontos de crítica central é a introdução dos itinerários formativos como parte da reforma. Os autores argumentam que essa medida não aborda os problemas estruturais, sociais e históricos que afetam a educação no Brasil. Ou seja, a reforma é vista como insuficiente para lidar com as questões fundamentais que impactam a qualidade e a equidade do ensino médio no país.

A análise aponta para a marca da desigualdade estrutural na organização educacional, sugerindo que a reforma não aborda efetivamente as disparidades presentes no sistema de ensino. Além disso, os autores criticam a forma como a implementação da reforma foi conduzida, caracterizando-a como antidemocrática. Essa crítica destaca preocupações sobre o processo decisório e a falta de participação efetiva dos diversos setores da sociedade na formulação e implementação das mudanças educacionais.

Ao examinar o que está por trás da "vitrine oficial" da reforma, os autores argumentam que ela reproduz desigualdades sociais ao oferecer escolhas ilusórias e proporcionar uma formação limitada baseada em realidades sociais desiguais. Essa abordagem é vista como contribuinte para a perpetuação das desigualdades educacionais no país.

A conclusão do texto é contundente ao afirmar que a reforma não respeita as capacidades e interesses diferenciados dos jovens, buscando naturalizar as desigualdades. Os autores sugerem a necessidade de estudos que analisem de maneira prática a repercussão da Lei nas escolas de Ensino Médio no Brasil, ressaltando a importância de avaliar como as mudanças propostas se refletem no ambiente educacional.

Finalmente, é enfatizado que, do ponto de vista da plena humanização dos estudantes e da valorização dos professores, a Reforma do Ensino Médio é considerada inadequada e não atende aos interesses fundamentais da educação. Essa perspectiva destaca a importância de considerar não apenas os aspectos estruturais, mas também os impactos humanos e sociais das reformas educacionais.

A análise de Gomes (2022) apresenta uma crítica fundamentada ao Novo Ensino Médio, centrada em uma análise teórica com ênfase nas ideias de Mézáros em contraposição a Locke. O autor interpreta a Lei No 13.415/2017 como parte de uma agenda neoliberal, sugerindo que, ao invés de representar uma verdadeira transformação, a legislação adota uma abordagem reformista que não desafia as estruturas de desigualdades preexistentes.

A crítica se baseia na percepção de que, embora a lógica do capital subjacente à legislação possa aparentar ser progressista, ela mantém uma perspectiva centrada na competitividade e na reprodução das desigualdades sociais. Isso implica que, por trás da aparente intenção de melhoria, a reforma do Ensino Médio pode, na prática, contribuir para a manutenção e ampliação das disparidades educacionais.

O autor destaca a importância de uma análise que vai além da superfície e enfatiza a necessidade de uma abordagem mais profunda e transformadora nas políticas educacionais. Essa crítica se estende não apenas ao Novo Ensino Médio, mas também a movimentos como o Escola Sem Partido, indicando uma preocupação mais ampla com as tendências e agendas que possam impactar o sistema educacional.

A crítica também reconhece o papel crucial dos educadores populares como agentes de ação-reflexão-ação. Esses profissionais são vistos como promotores de uma crítica que transcende propostas que não atendem adequadamente às classes populares. A ênfase na ação-reflexão-ação sugere a importância de uma abordagem educacional que não apenas questione as estruturas existentes, mas que também busque transformações reais e significativas.

A análise realizada por Silva, Ferreira e Santos (2021) sobre o Novo Ensino Médio oferece uma visão crítica, centrada principalmente na desconfiança histórica dos docentes em relação às políticas educacionais implementadas pelos governos. Várias questões críticas são levantadas em relação à reforma, destacando preocupações significativas.

A crítica começa apontando para a ausência de um diálogo horizontal efetivo com a comunidade escolar. A falta de conhecimento sobre as medidas para a implantação do novo ensino médio é ressaltada como um fator que pode levar a ações de cumprimento de tarefas desconectadas de uma política educacional mais ampla. Esse cenário, por sua vez, é percebido como fortalecedor da burocratização do ensino, sugerindo uma desconexão entre as decisões políticas e a realidade das escolas.

Nesse viés, a reforma é caracterizada como um retrocesso na formação dos jovens, sendo interpretada como um projeto político-pedagógico de controle das mentes e corpos dos estudantes, visando a adaptação à sociedade sem empregos. Essa perspectiva sugere uma visão crítica sobre os objetivos subjacentes à reforma, questionando se ela de fato contribui para o desenvolvimento integral dos alunos ou se serve a propósitos mais controladores.

A crítica também destaca a resistência dos trabalhadores docentes diante de expectativas contraditórias e, muitas vezes, distantes de sua realidade. Isso sugere que a implementação da reforma pode encontrar resistência por parte dos profissionais da educação, que podem perceber conflitos entre as demandas impostas e suas experiências e compreensões do processo educacional.

Diante deste cenário, a complexidade da implementação da política é sublinhada, abrangendo tanto estruturas normativas quanto cognitivas, que se estendem ao longo do tempo. Isso implica que o processo de implementação não é linear e pode envolver desafios significativos ao longo do caminho. A pesquisa em andamento mencionada sugere um compromisso contínuo em investigar e compreender as complexidades da implementação do Novo Ensino Médio.

O estudo conduzido por Ostermann e Rezende (2021) acerca da reforma no ensino médio ressalta críticas substanciais, destacando diversas preocupações relacionadas às mudanças implementadas. Uma crítica central concentra-se na adoção de um modelo de currículo inspirado no sistema educacional dos Estados Unidos, apontando para sua tendência em fragmentar a formação geral dos estudantes. Restringir a maioria dos alunos a itinerários técnicos e profissionais é considerado um entrave que compromete o acesso ao conhecimento básico necessário para a cidadania. Essa perspectiva sugere que a reforma pode prejudicar a formação integral dos estudantes ao focar excessivamente em habilidades técnicas específicas.

A descentralização das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores (DCN-FP) é identificada como um fator que enfraquece a formação crítica dos docentes. A equiparação das competências dos professores às dos estudantes é considerada problemática, indicando que a mudança nas diretrizes pode comprometer a formação dos educadores.

A reforma é acusada de promover uma abordagem utilitarista e minimalista, simplificando a complexidade da formação tanto para estudantes quanto para professores. Essa crítica sugere que a abordagem adotada pode priorizar aspectos práticos e utilitários em detrimento de uma formação mais abrangente e crítica. A perspectiva neoliberal e a guerra cultural contra a ciência são apontadas como ameaças ao ensino-aprendizagem no contexto da educação científica. Essa observação indica preocupações mais amplas sobre o impacto das orientações ideológicas na qualidade e na integridade do ensino de ciências.

Uma resposta crítica é proposta, sugerindo a necessidade da revogação das políticas curriculares e a busca por uma nova agenda política para a educação pública. Essa sugestão aponta para a percebida necessidade de uma revisão profunda das políticas educacionais adotadas, visando uma abordagem mais alinhada com as necessidades dos estudantes, dos professores e do sistema educacional como um todo.

Andrade Motta (2020) expõe que tanto a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) quanto o Novo Ensino Médio (NEM) apresentam semelhanças com as diversas reformas e contrarreformas promovidas ao longo da história do Brasil pela burguesia, especialmente em períodos de crise. A argumentação sustenta que, mesmo considerando as particularidades obscurantistas da conjuntura atual, essa realidade reflete a revitalização e aprofundamento da dependência em todos os setores, incluindo a esfera educacional.

O autor identifica nas medidas adotadas características contraditórias, antidemocráticas e retrógradas, que são inerentes ao contexto do capitalismo dependente. Isso sugere que, apesar das especificidades do momento histórico, as reformas em questão compartilham elementos que não apenas se repetem ao longo do tempo, mas também estão intrinsecamente ligados à natureza do sistema econômico em que estão inseridas.

Ao destacar a relação entre as reformas educacionais e as crises enfrentadas pela burguesia brasileira, o autor sinaliza para a dinâmica cíclica dessas mudanças, que muitas vezes surgem como respostas a desafios específicos enfrentados pela classe dominante. A caracterização das medidas como contraditórias, antidemocráticas e retrógradas implica que, apesar de serem apresentadas como avanços ou reformas positivas, elas podem ter efeitos negativos e perpetuar desigualdades.

Andrade Motta (2020) sugere uma interpretação crítica das reformas educacionais recentes, destacando não apenas as características específicas da BNCC e do NEM, mas também situando-as em um contexto mais amplo de transformações históricas e estruturais. Essa abordagem busca compreender não apenas o que está sendo proposto nas reformas, mas também os motivos subjacentes e os impactos potenciais em um quadro mais amplo de desenvolvimento socioeconômico do país.

IV. Conclusão

Diante das análises críticas apresentadas por diversos estudos sobre o Novo Ensino Médio (NEM) e suas reformas correlatas, torna-se evidente a existência de preocupações substanciais e generalizadas em relação às mudanças implementadas no cenário educacional brasileiro. Os estudos revelam aspectos compartilhados em diferentes estados da federação, destacando uma série de desafios e implicações que permeiam as reformas educacionais.

Um ponto de convergência nos estudos é a restrição da participação de sujeitos e comunidades escolares na elaboração dos conteúdos do NEM. A ausência de um envolvimento amplo e de consultas efetivas no processo de desenvolvimento e implementação das mudanças no Ensino Médio levanta preocupações sobre a aceitação e eficácia das reformas educacionais.

Outro elemento comum identificado é a presença significativa de atores privados em todas as etapas da implementação do NEM, especialmente fundações e institutos empresariais. Essa influência do setor privado na definição de políticas educacionais suscita questionamentos sobre a possível mercantilização da educação e a busca por interesses econômicos em detrimento dos objetivos educacionais.

Além disso, a análise crítica ressalta o efeito indutor de desigualdades causado pelo NEM, corroborando preocupações prévias desde a edição da Medida Provisória 746/2016. A constatação de que as mudanças no Ensino Médio podem contribuir para a ampliação das disparidades educacionais sugere a necessidade de uma reflexão crítica sobre as políticas educacionais em vigor, visando abordagens que promovam uma educação mais inclusiva e equitativa.

Ressalta-se, ainda, a crítica à reforma do Ensino Médio por negar aos sujeitos dessa etapa educacional o direito à autonomia e ao conhecimento. A ênfase na adaptação, flexibilização e competitividade é percebida como prejudicial à autonomia, ao conhecimento e à natureza digna e humana do trabalho docente, impactando não apenas os estudantes, mas também os trabalhadores da educação.

A análise específica da Educação Ambiental (EA) no contexto da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) adiciona outra camada de preocupações, destacando a marginalização da dimensão jurídico-ideológica da EA. A falta de priorização da formação crítica sobre a problemática socioambiental na BNCC reflete uma possível falta de valorização desse aspecto, comprometendo a eficácia das políticas de Educação Ambiental.

Em síntese, os estudos convergem ao apontar para problemas relacionados à participação limitada dos envolvidos na elaboração do Novo Ensino Médio, à influência significativa de atores privados no processo e aos efeitos indutores de desigualdades. Esses aspectos destacados indicam a necessidade de uma reflexão crítica sobre as políticas educacionais em vigor e a busca por abordagens que promovam uma educação mais inclusiva e equitativa em consonância com os interesses fundamentais da educação no Brasil.

Referências

- [1]. Andrade, M. C. P.; Motta, V. C. Base Nacional Comum Curricular E Novo Ensino Médio: Uma Análise À Luz De Categorias De Florestan Fernandes. Revista Histedbr On-Line, Campinas, Sp, V. 20, P. E020005, 2020.
- [2]. Barbosa, C. S.; Souza, J. C. L. O Novo Ensino Médio De Tempo Integral: Reduccionismo, Privatização E Mercantilização Da Educação Pública Em Tempos De Ultraconservadorismo. E-Mosaicos, V. 8, N. 19, 94–107, 2019.
- [3]. Branco, E. P. Et Al. Uma Visão Crítica Sobre A Implantação Da Base Nacional Comum Curricular Em Consonância Com A Reforma Do Ensino Médio. Debates Em Educação, V. 10, N. 21, 2018.
- [4]. Brasil. Lei Nº 13.415, De 16 De Fevereiro De 2017. Altera As Leis Nº 9.394, De 20 De Dezembro De 1996, Que Estabelece As Diretrizes E Bases Da Educação Nacional, E 11.494, De 20 De Junho 2007, Que Regulamenta O Fundo De Manutenção E Desenvolvimento Da Educação Básica E De Valorização Dos Profissionais Da Educação, A Consolidação Das Leis Do Trabalho - Clt, Aprovada Pelo Decreto-Lei Nº 5.452, De 1º De Maio De 1943, E O Decreto-Lei Nº 236, De 28 De Fevereiro De 1967; Revoga A Lei Nº 11.161, De 5 De Agosto De 2005; E Institui A Política De Fomento À Implementação De Escolas De Ensino Médio Em Tempo Integral. 2017. Disponível: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm>. Acesso Em 20/11/23.
- [5]. Brizola, J.; Fantin, N. Literature Review And Systematic Literature Review. Revista De Educação Do Vale Do Arinos - Relva, V. 3, N. 2, 2016.
- [6]. Cássio, F.; Goulart, D. C. A Implementação Do Novo Ensino Médio Nos Estados Das Promessas Da Reforma Ao Ensino Médio Nem-Nem. Retratos Da Escola, V. 16, N. 35, 285–293, 2022.
- [7]. Cunha, L. A. Ensino Médio: Atalho Para O Passado. Educ. Soc., Campinas, V. 38, Nº. 139, P.373-384, Abr.-Jun., 2017.

- [8]. Felix, A. P.; Ferreira, E. B.; Santos, K. C. O "Novo Ensino Médio" No Espírito Santo. Revista Trabalho Necessário, V. 19, N. 39, 36-57, 2021.
- [9]. Ferretti, C. J. A Reforma Do Ensino Médio E Sua Questionável Concepção De Qualidade Da Educação. Estudos Avançados, V. 32, P. 93, 2018.
- [10]. Furtado, R. S.; Silva, V. V. A Reforma Em Curso No Ensino Médio Brasileiro E A Naturalização Das Desigualdades Escolares E Sociais. E-Curriculum, V. 18, N.1, Jan./Maio, 2020.
- [11]. Gomes, M. C. O. A Função Do “Novo” Ensino Médio Na Lógica Do Capital: Estratificação, Perspectivas E Resistências. Práxis Educativa, Ponta Grossa, V. 17, E2218510, P. 1-16, 2022
- [12]. Nosella, P. Ensino Médio: Unitário Ou Multiforme. Revista Brasileira De Educação, V. 20, N. 60, Jan.-Mar., 2015.
- [13]. Ostermann, F.; Rezende, F. Bnc, Reforma Do Ensino Médio E Bnc-Formação: Um Pacote Privatista, Utilitarista Minimalista Que Precisa Ser Revogado. Caderno Brasileiro De Ensino De Física, V. 38, N. 3, P. 1381-1387, Dez. 2021.
- [14]. Page, M. J. Et Al. A Declaração Prisma 2020: Diretriz Atualizada Para Relatar Revisões Sistemáticas. Rev Panam Salud Publica, 46, 2022.
- [15]. Silva, D. N. S.; Gomes, E. T. A.; Serna, A. G. Educação Ambiental No Novo Ensino Médio: O Que Há De Novo?. Retratos Da Escola, V. 16, N. 34, 127–147, 2022.
- [16]. Silva, K. C. J. R.; Boutin. A. C. Novo Ensino Médio E Educação Integral: Contextos, Conceitos E Polêmicas Sobre A Reforma. Educação, Santa Maria, V. 43, N. 3, P. 521-534, Jul./Set., 2018.
- [17]. Silveira, E. S.; Silva, M. R.; Oliveira, F. L. B. Reformas, Docência E Violência Curricular: Uma Análise A Partir Do "Novo Ensino Médio". Riaee – Revista Ibero-Americana De Estudos Em Educação, Araraquara, V. 16, N. Esp. 3, P. 1562-1585, Jun. 2021.